



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA E OS IMPACTOS PARA A
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E DO GESTOR
ESCOLAR**

SIMONE RONCONI BREY GIL TRASLADAÇÃO

**RIBEIRÃO DAS NEVES / MG
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA E OS IMPACTOS PARA A
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E DO GESTOR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Gláucia de Fátima Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES – 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Simone RonconiBreyGilTrasladação

A ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA E OS IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E DO GESTOR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em _____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Nome completo do Professor – Orientador

Simone RonconiBrey Gil Trasladação

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família que entenderam a minha ausência e incentivaram a caminhar sempre em busca do meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que estiveram lado a lado estimulando e incentivando nas horas de desânimo.

EPÍGRAFE

“Crê em ti mesmo, age e verá os resultados.
Quando te esforças, a vida também se esforça
para te ajudar.”

Chico Xavier

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir sobre a relação: estrutura física da escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga e os impactos para a organização do trabalho escolar e do gestor escolar, refletindo sobre a gestão democrática dentro do processo onde permeia a exclusão. Sobretudo o trabalho é resultado de uma vivência, onde foi possível presenciar o que cerca o trabalho dos docentes, a realidade do gestor, as dificuldades de se aplicar a inclusão, as tomadas de decisões e a construção do Projeto Político Pedagógico. Por fim as queixas sobre a estrutura física possibilitou levantar muitas reflexões sobre tais indagações sob o prisma da Gestão Democrática.

Palavras-chave: gestão democrática, participação, autonomia; estrutura física da escola; organização do trabalho escolar e do gestor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1) 'Gestão democrática, autonomia e participação na escola - a estrutura física em questão.	
2 A estrutura física da escola e seus impactos para a organização do trabalho escolar	
3 A estrutura física da escola e os impactos para o Trabalho do gestor escolar	
4 Considerações finais	
5 Anexo	
Anexo Projeto Político Pedagógico	23

Introdução/apresentação do Tema

A escola é um espaço de inclusão e a gestão democrática é um exercício desta inclusão. No entanto, tem-se que a escola e o seu espaço físico também como elemento de exclusão. Onde a condição de atendimento não contempla todos os sujeitos envolvidos da mesma maneira, segundo o princípio da isonomia. O que se vê são escolas, redes que não possuem condições de atendimento e para o exercício da atividade fim, o ensino.

Sendo assim qual a estrutura física para que uma escola realize sua atividade fim, o ensino? Quais são os espaços necessários para realizar esta atividade com qualidade? A estrutura física é contemplada na legislação vigente? E como este item aparece no PPP das escolas? É um item discutido pelos órgãos de gestão democrática na escola? E as escolas e sua estrutura física estão sendo planejadas, sistematizadas para atendimento aos alunos com necessidades especiais? Quais as políticas de atendimento a estes alunos? E como chegam as esferas administrativas competentes? Estas são algumas perguntas que nortearão a escrita deste trabalho.

Ao longo dos tempos a utilização do espaço escolar tornou-se tão essencial e natural na vida da sociedade que não imaginamos como a estrutura física de algumas escolas prejudica ou excluem os alunos, e ainda aqueles que possuem necessidades especiais. Sem notarmos acostumamos ver deficientes físicos se descolando em grandes distâncias para assegurar o direito em ter um desenvolvimento intelectual garantido, e mesmo assim muitas das vezes esse direito não é fornecido a todo o âmbito da escola.

Várias escolas não estão preparadas para receber os educandos, suas estruturas não favorecem ou não possuem acessibilidade, deixando de lado o espaço físico e preocupando somente com o fator conteúdos.

Durante quatro décadas na rede municipal observei várias escolas e muitas não estão preparadas para receber alunos, pelo fato de estar situadas em casas adaptadas. Presenciar durante a gestão a dificuldade de crianças com necessidades especiais em fazer matrícula para ingressar na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental com certeza é um fato que marcou. Sendo assim,

- Como garantir a permanência e assegurar a matrícula dos alunos com deficiência na rede regular de ensino? Como promover a inclusão, numa lógica de exclusão?
- O que fazer para que a escola promova a acessibilidade necessária aos educandos?
- A estrutura física interfere na estrutura pedagógica?
- A falta de estrutura física prejudica a gestão?

A escola que almeja desenvolver nos alunos a autonomia, a consciência de seus direitos e deveres e não possui um ambiente propício que explore a criatividade e a independência dos seus alunos não irá promover a gestão democrática.

2) Gestão democrática, autonomia e participação na escola - a estrutura física em questão.

Qual o significado da gestão democrática para entendimento da importância dela para a organização da estrutura física da escola? Ou ainda, o que é gestão democrática, autonomia e participação? Qual a importância destes termos para a gestão da escola – administrativa e pedagógica? Quais são os instrumentos de gestão democrática na escola? Eles existem no espaço escolar? Qual é a atuação deles? Eles colaboram com a construção da autonomia da escola? Estimulam a participação da comunidade? Como atuam?

A gestão democrática está prevista na Constituição Federal, na LDB'96 e é mais que um valor é um princípio norteador das ações desenvolvidas nos espaços públicos e no espaço escolar, e nesta lógica a organização do trabalho escolar deve ser condizente com práticas democráticas de atuação. Sendo assim, aplicar o que já está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB'96) como elaborar seu PPP, construir espaços coletivos de participação como conselhos, colegiados, eleições de diretores, grêmios estudantis, associação de pais e mestres.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

O que está claro no artigo acima é obrigação legal de elaborar o PPP das instituições escolares, a administração de recursos físicos e humanos, na organização do trabalho escolar por meio do cumprimento da organização do plano de trabalho, de verificação adequada do rendimento dos alunos e o que está sendo implementado por cada docente. E por último promovendo integração escola e família/comunidade. Inclusive o que possibilita a leitura de outro princípio que norteia as práticas de gestão é a participação dos sujeitos escolares, e de uma responsabilidade de elaborar o PPP da escola, e que mais uma vez aparece no artigo seguinte da LDB:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A consolidação da gestão democrática e a construção de espaços de participação na escola possibilitam a autonomia escolar, entendida como

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Esta é fundamental na gestão democrática dentro da escola para que de forma coletiva entre Pais, funcionários e comunidade, os mecanismos como Conselho escolar, Projeto Político Pedagógico, Colegiado e outros, possam favorecer o ensino e atuar em prol de melhorias no espaço escolar. A transparência e a divulgação na prestação de contas é uma forma de demonstrar que o ensino é uma questão de todos.

Uma instituição de ensino necessita de ter dentro do seu Projeto Político Pedagógico, uma estrutura administrativa e uma estrutura pedagógica que se dispõe dentro da estrutura organizacional. As estruturas pedagógicas buscam determinar as ações das interações políticas quanto às questões do currículo e do ensino-aprendizagem. Todo o aparato necessário para um bom trabalho pedagógico e funcional que deverá ser utilizado. A estrutura administrativa busca assegurar os recursos como maquinário, materiais didáticos, distribuição das dependências escolares (cada sala será o que), mobiliários escolares e espaços livres, cores, limpeza, saneamento básico (água, esgoto, lixo, energia elétrica), reparos e reformas.

Analisando a estrutura organizacional da Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga percebe-se que dentro do Projeto Político Pedagógico (2013, p.09) consta:

É de forma adaptada que a escola funciona em uma antiga casa, alguns itens devem ser levados em consideração sendo: falta de estrutura física, mobiliário impróprio para alunos de quatro anos, escassez de professores qualificados, falta de acessibilidade para alunos de inclusão.

Observando este trecho, percebe-se que a escola tem sua funcionalidade comprometida quando se refere à estrutura física. E o que tem comprometido a atividade fim da escola, o ensino.

A escola que almeja desenvolver nos alunos a autonomia, a consciência de seus direitos e deveres não possui um ambiente que explore a criatividade e a independência dos seus educandos.

A estrutura física interfere na estrutura pedagógica quando alguns projetos determinados pela Secretaria de Educação do município dentre eles a Semana dos Jogos Estudantis nas escolas municipais, não são executados na íntegra, pois a

escola requer um espaço apropriado para os treinos e assim poder participar da competição que acontece entre as escolas. A escola envia um ofício para a secretaria comunicando que será de forma adaptada que acontecerão os jogos, sugerindo ou modificando-os. Os alunos necessitam de espaço para a concretização da aprendizagem, a falta de estrutura dificulta desenvolver tais atividades.

Mudar uma estrutura física de uma instituição é buscar novas formas para tornar possível a eliminação dos problemas que afetam o processo de ensino aprendizagem e a acessibilidade na escola, o que não é tarefa fácil, já que todo processo de mudança necessita de um projeto deliberativo das políticas públicas. A mesma escola que busca formar cidadãos críticos e aptos a criar e modificar a realidade social se esbarra no descaso público, que impede um ensino de qualidade, sendo este um obstáculo quanto ao cumprimento de suas finalidades. Com mais de vinte anos de fundação desta escola, os dirigentes que buscaram modificar a tal realidade física e pouco fizeram devido o desnivelamento do terreno e a falta de estrutura. Uma casa adaptada muitas vezes somente agüenta pequenos reparos e pequenas obras, como forma paliativa.

A escola não possui acessibilidade a nenhuma criança cadeirante ou com problemas de coordenação motora, devido ao desnivelamento de toda área escolar. A grande quantidade de degraus que a escola possui o pequeno espaço destinado ao banheiro, às salas pequenas e inviáveis, é uma realidade desafiadora para os pequenos que já estão dia a dia neste convívio.

Sendo assim o que é perceptível é que o município de Ribeirão das Neves a gestão democrática não é condizente com a realidade, visto que é por meio de indicação política que os diretores de escola assumem o cargo. Não existir um Plano Diretor (PDM) e o fato de cada escola ser protegida por um vereador é uma prática na atualidade.

Democracia não acontece em um ambiente sucateado, ultrapassado, onde as queixas estão relacionadas à estrutura física e conservação da escola. Como criar onde o ambiente não oferece o mínimo para desenvolver ou conviver? Como entender que uma instituição de ensino que busca a democracia dentro de suas políticas possa ser conivente com uma exclusão?

3) A estrutura física da escola e seus impactos para a organização do trabalho escolar

Deve-se aqui explicitar o que é organização do trabalho escolar e compreender a importância do termo para a gestão escolar, e assim compreender os impactos causados pela falta de estrutura física escolar. A organização do trabalho escolar é a:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) "organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132)

Sendo assim, quais os impactos da não existência de estrutura física adequada para a organização do trabalho escolar e para o trabalho do gestor? E mais aos alunos que estão inseridas neste contexto?

A falta de uma estrutura física na escola que não se consegue atender a todos os sujeitos de maneira igual impossibilita os alunos de exercer o direito a cidadania e a participação com igualdade. Sendo assim, justificar para uma mãe que somente um dos filhos poderia ser matriculado devido o outro ser cadeirante na escola por que a mesma não possui condições adequadas, por não ter uma estrutura física que o acolhesse, é um impacto direto para a organização do trabalho escolar e do gestor.

Coibir de ter acesso ao local público escolar é estar contra a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) têm em comum a universalidade dos direitos humanos e os direitos à pessoa em desenvolvimento. O artigo sete da Constituição e o quarto artigo do ECA retrata dos direitos da população infanto-juvenil Brasileira, bem como os responsáveis por garanti-los.

Art. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos

referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer à profissionalização à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990).

O não cumprimento desses direitos constitui-se em violência para o Código Penal. No artigo quinto do ECA nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, dos seus direitos fundamentais (ECA, 1990).

Sabe-se que os direitos e deveres contidos na Constituição e no ECA, muitas vezes não são cumpridos na íntegra e que a realidade é contraditória principalmente quando se trata de alunos com deficiência motora. Muitas escolas municipais de Ribeirão das Neves não estão preparadas para recebê-los, esbarrando na estrutura física do ambiente escolar.

Infelizmente os pais de crianças com deficiência motora, necessitam procurar uma escola que atenda na estrutura física e se adequa a necessidade da criança e não procurar a escola mais próxima da sua residência, como é proposto pelo cadastro escolar, na Constituição Federal e na LDB, e também sendo negado o direito de atendimento especializado e adequado a sua necessidade de aprendizagem.

O projeto Crescer sem barreiras funciona no município de Ribeirão das Neves e atende diariamente alunos com dificuldade motora, muitos não moram perto da residência se deslocando para outro bairro. Existe uma fila de espera para entrar no projeto, confirmando que não há escolas e nem ônibus suficiente para atender a todos.

Com o crescimento populacional rápido, a chegada de pessoas de outros municípios ou estados para a construção de penitenciárias, fez ainda alavancar o aumento das desigualdades sociais. Com o término das obras o desemprego afeta a sociedade de modo geral. É evidente que a exclusão acontece em grande maioria das escolas municipais do município e é uma experiência real dos alunos. A maioria das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental estão funcionando de forma adaptada, sendo visivelmente empurrada ano após ano sem nenhuma mudança.

Quando o Professor necessita desenvolver uma aula que seja sair da sala, andar pela escola como forma de conhecimento do ambiente existe uma preocupação com a quantidade de degraus existentes na escola. Fazer a exposição de trabalhos é um desafio, pois dentro da sala que já é pequena o ambiente fica carregado visualmente e do lado de fora, os trabalhos ficam expostos a sol e chuva, perdendo a cor e o brilho desmotivando e não valorizando o trabalho do aluno. O pequeno espaço que existe para o recreio dos alunos é ameaçada por água que escorre da casa (pertencente à escola) que foi invadida por pessoas que usam água e luz e jogam a água do tanque pelo muro que se espalha pelo pátio da escola. Muitas vezes os desenhos de artes que ficaram no chão para secar, foram molhados e se perdem. A escola busca sempre se adaptar para desenvolver seu trabalho, amarrando barbantes e pendurando os trabalhos escolares, reforçando os desenhos de amarelinha e alfabeto que estão pintados no chão, instruindo os alunos a não brincarem onde pode escorrer água. Quando os moradores colocam música alta, fica quase impossível dar aula e os professores evitam e temem em reclamar já que os moradores são de índole suspeita. O processo para sanar este problema enfrentado pela escola em relação aos moradores já se encontra em ordem judicial, mas como se sabe a morosidade e o resultado é imprevisível. Enquanto isso todos os funcionários que são efetivos da rede municipal e atuam nesta escola se sentem coagidos e insatisfeitos com o local de trabalho.

4) A estrutura física da escola e os impactos para o Trabalho do gestor escolar

A burocracia e a falta de interesse das políticas públicas pelo poder da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, não estabeleceram a eleição de diretores das escolas municipais e, por isso, os gestores são nomeados o que o torna um representante político na escola.

É fato que a eleição de diretores é o início da democracia na escola pública, visto que, já retratamos sobre a gestão participativa da escola e todos os segmentos onde o processo de democracia é importantíssimo. Para se cobrar mais de um profissional

deve-se investir mais nas relações humanas, criar um vínculo, uma afinidade profissional.

A escola que tem na direção um profissional que seja eleito democraticamente e busque desenvolver um trabalho onde a tarefa é educar, desenvolver e obter bons resultados conseguirá pular os conflitos existentes e terá um tempo hábil para desenvolver projetos e mudanças necessárias dentro da instituição. Aplicar bem os recursos que são destinados do governo, buscar parcerias, tomar decisão, buscar uma nova organização de trabalho embasadas na solidariedade, compromisso, ética, reciprocidade, participação coletiva, divisão de trabalho e controle hierárquico evitando os confrontos de interesses que possam existir dentro da escola.

As reais e atuais condições concretas da instituição hoje estão originando conflitos, tensões, novas formas de relações de trabalho, rupturas, controvérsias, afastamento e desligamento. As insatisfações são decorrentes das políticas que estabelecem o que lhe convém, deixando de lado os problemas educacionais e sociais existentes. Como ressalta Freire (2009. p.110):

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão. Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel à eticidade quanto pode transgredi-la.

Espera-se que o diretor seja uma figura da comunidade pronta a desempenhar um papel democrático.

Enquanto se almeja uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sobre o estabelecimento de eleições diretas para a diretoria de escolas no país, visto que o município de Ribeirão da Neves perpetua a indicação de diretor desmerecendo a democracia. O fato da estrutura da escola não apresenta condições de realizar a atividade fim da escola, o ensino ou ainda significativa para os alunos.

O papel do gestor na realidade aqui descrita na instituição era muito mais que ser líder, era vista por muitos funcionários como uma salvadora para os problemas existenciais e aos olhos daqueles profissionais que enxergavam uma mudança ou uma solução para os impasses que elas vivenciavam há bastante tempo.

Por mais que se buscasse fazer mudanças sempre esbarrava em questões políticas no município e até mesmo o tempo de atuação como gestora, foi comprometido. Para conseguir insumos o gestor envia sempre muitos ofícios e pela insistência com a Secretaria de Educação do município dar continuidade a obra das duas salas que não estavam prontas há quatro anos e a construção da cobertura da área do pátio, para que os alunos pudessem brincar na sombra.

Estas duas salas seriam para proporcionar mais três ambientes, pois não existia Sala de Diretor, Sala de Pedagogos e biblioteca. Os demais problemas como: falta de banheiro individual para professor, mais banheiros para os alunos, já que existe apenas um único banheiro para os meninos e um para meninas, ampliação do refeitório, banheiro para as serviçais, renovação da rede elétrica que é velha e está com mau contato, o desnível de todo o ambiente externo, permanecem até os dias atuais.

A permanência do gestor na escola neste contexto sempre excede ao horário trabalho determinado. Muitas vezes para cumprir o papel de pedagoga, quando esta não tinha a estrutura para determinados problemas com os alunos, ora fazia papel de professora quando faltava professor, ora fazia o papel de cozinheira quando a mesma não podia comparecer (sendo única) e a empresa terceirizada não podia enviar substituta.

Sair das funções de um diretor é muito fácil quando não se tem uma estrutura física que atende as necessidades básicas da educação. As competências de liderança de um diretor é aplicar a gestão participativa e estimular a criatividade e a construção de uma realidade mais significativa. Como a indicação política acontece atualmente no município o diretor que é indicado, muitas vezes não consegue permanecer muito tempo no cargo e não consegue executar as propostas e os projetos estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a exclusão acontece em grande maioria das escolas municipais do município de Ribeirão das Neves e é uma experiência real de todos os demais alunos. A maioria das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental estão funcionando de forma adaptada, sendo visivelmente empurrada ano após ano sem nenhuma perspectiva de mudança.

Todo ano acontece o Cadastramento Escolar procedimento que visa o ingresso das crianças do ensino fundamental na rede pública. Tal procedimento oferta vagas a todas as crianças na idade escolar. Todo o processo tem como base através dos documentos pedidos, assegurar vaga para o aluno que mora perto à determinada escola. A idéia de que o aluno estude mais próximo de sua residência muitas vezes não é o que acontece para os alunos portadores de deficiência. No município também acontece à inscrição dos candidatos à vaga para ingresso na educação infantil, que é feita através de sorteio. Na escola Roselene Cerqueira Diniz Fraga já exclui no ato da inscrição a vaga na educação infantil por não atender ao aluno portador de deficiência.

É de forma constrangedora que a direção leva ao responsável do aluno com deficiência a percorrer todo o espaço escolar da instituição, como forma de mostrar que a estrutura física não atende e não favorece ao aprendizado a qual o aluno tem direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. FEDERAL, Senado. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília (DF): Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 359 p. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível: portal.mec.gov.br.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação:** um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 19/09/2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GONÇALVES, Jussara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o Processo de tomada de decisão.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 19/09/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 18/09/2013.

RIBEIRÃO DAS NEVES. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga, 2013.

VEIGA, Alencastro Ilma. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA MUNICIPAL ROSELENE CERQUEIRA DINIZ FRAGA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
ROSELENE CERQUEIRA DINIZ FRAGA - MG**

SIMONE RONCONI BREY GIL TRASLADAÇÃO

**RIBEIRÃO DAS NEVES / MG
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
ROSELENE CERQUEIRA DINIZ FRAGA - MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) professor (a) Jeanne Rodriguesdo Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES – 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09
2. 1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	10
2. 2 Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	16
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
7. AVALIAÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga, busca formar cidadãos críticos, atuantes, participativos e sujeitos na história, que interfiram na sua realidade na busca da transformação do ambiente em que vivem.

Para tanto parte-se da realidade do aluno para a conscientização sobre a necessidade de permanente adaptação as mudanças do ambiente social e econômico em que vive e transpassa para dentro da escola. É necessário desenvolver junto à comunidade escolar a consciência de que a escola não está pronta, acabada. Deve estar sempre acompanhando as mudanças históricas, sociais, culturais e preparando seus alunos para acompanharem ativamente estas atividades.

Para Veiga (2004, p.13):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Com este intuito busca-se interagir com a comunidade para a proposta pedagógica, utilizando de técnicas diversificadas para realização de um trabalho interdisciplinar. Toda a escola se envolve neste processo, na busca de um objetivo comum.

A escola está situada na Rua Etelvina De Souza, 350 - Bairro Nossa Senhora das Neves - Ribeirão das Neves/ MG - CEP 33850-000 –Tel.: 3627-7004 - E-mail: escolaroselenecerqueira@gmail.com, tendo ao seu redor supermercados, igrejas, bancos, posto de gasolina, sapataria, bares, lojas, casas lotéricas e a praça principal.

A instituição de ensino atende crianças de quatro e cinco anos dentro da Educação Infantil (primeiro e segundo períodos) e de seis anos alunos do ensino fundamental (primeiro ano/nove), totalizando 160 alunos. De acordo com a Lei de

Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 e dentro da atual legislação do ensino público busca garantir as crianças de seis anos ter o acesso obrigatório garantido na educação. Porém, as crianças de quatro e cinco anos ingressam no ensino por meio de sorteio visto que não há como o município atender a grande demanda e ter uma procura maior que a oferta.

A escola funciona em uma casa adaptada, não tem nivelção e seus cômodos são apertados e sem ventilação adequada. A escola não pode atender a alunos cadeirantes ou com problemas motores por não favorecer nenhum tipo de acesso, devido o seu espaço físico ser totalmente irregular. A escola não oferece um espaço apropriado existindo um grande número de degraus. São quatro salas de aula, uma biblioteca, uma sala de direção, uma sala para secretaria conjugada com a sala de pedagogas, uma cozinha, um refeitório, um banheiro feminino para alunas, um banheiro masculino para alunos, uma sala de professor com um banheiro para adultos masculino e feminino, uma dispensa para materiais e um quatinho para guardar produtos de limpeza. O mobiliário necessita de reparos, o maquinário funciona precariamente utilizando o mimeógrafo com frequência.

O quadro de funcionários é composto por uma diretora, duas pedagogas, treze professores, uma secretária, uma auxiliar de biblioteca, uma merendeira e três serviços gerais que buscam fazer o melhor para a instituição de ensino. A comunidade em torno da escola compõe a classe média / baixa. Próximo da escola fica uma favela que é conhecida por todos.

Dentro deste contexto, a escola busca ter um espaço para o coletivo, buscar este coletivo para participar de reuniões que visam uma gestão democrática. A construção de um Projeto Político Pedagógico que se faça em conjunto, onde todos os envolvidos opinam e questionam sobre uma conduta, um projeto, um investimento. A escola visa na atualidade discutir o Projeto Político Pedagógico para enfatizar a organização do trabalho escolar, analisar a participação da comunidade escolar. É certo que qualquer ação depende do compromisso de cada um e o comprometimento é a extensão das conquistas alcançadas no espaço pedagógico e político. Como é afirmado no artigo quatorze da LDB nº 9394/96:

Ar. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

1- FINALIDADES DA ESCOLA

Sabe-se que a educação básica é um direito social e um bem público assegurado a todos os cidadãos que buscam uma formação comum e indispensável para ingressar no ambiente de trabalho e no exercício da cidadania.

Dentro do que está prescrito nas Leis referentes à educação é importante que as escolas possam cumprir o que é estabelecido. Dentre elas citam-se: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, Plano Nacional de Educação - 2011/2020, Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Diretrizes Curriculares Nacionais, Referenciais, Resoluções da Secretaria de Estado de Educação, Pareceres do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação/ MG, Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental de Ribeirão das Neves. A Lei 10.639 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e a Lei 11.645 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, visando garantir o acesso à educação básica e possibilitar uma formação de cidadãos críticos que sejam sujeitos na história, seres participativos e atuantes que interfiram na sua realidade na busca da transformação do ambiente em que vivem.

A Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga tem por finalidade introduzir atividades que façam despertar a aprendizagem nos alunos, favorecendo o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Dentro do Projeto Político Pedagógico busca-se valorizar o conhecimento, valores e tarefas que envolvem atividades pedagógicas para a formação de cidadãos de forma significativa. Segundo Fraga (2006,p.7)

A visão da escola é buscar nos alunos a valorização à diversidade e a construção. A visão da escola é buscar nos alunos a valorização à diversidade e a construção e vivência de valores éticos, morais e sociais a

fim de contribuir para o pleno exercício da cidadania, além de ser referência no processo educacional no bairro e no município.

A escola busca dentro da ordem social um aprendizado capaz de gerar um entendimento, respeitando as fases do desenvolvimento da criança, deixando-a mostrar que venceu cada etapa do ensino e estimular para que anseie por mais conhecimentos. No entanto, para efeito desta exposição busca-se no pensamento do psicólogo Lev Vygotsky que enfatiza sobre o papel da escola no desenvolvimento mental das crianças como sendo uma das mais estudadas pela pedagogia podendo o desenvolvimento variar de acordo com o ambiente social, os instrumentos (símbolos) mediadores em uma relação homem/ mundo, a linguagem como fator de interação social, uma percepção real através dos dados fornecidos pela cultura. Segundo Ferrari (2008. p.29).

[...] A concepção da educação se dá numa relação progressiva entre o sujeito e a sociedade a seu redor, sendo o homem modificador do ambiente e o ambiente modificador do homem. O que fica de experiência é a interação que se estabelece de forma significativa e eficaz.

De acordo com a Teoria Socio-interacionista de Vygotsky, a concepção da educação exige uma troca de experiências e de vivências. Neste contexto a escola busca trabalhar de forma a estimular a troca de experiências entre os educandos e dessa forma mostrar diferentes visões sobre um único tema. (Fontes, 1998. p. 20).

Conhecedora das normas a escola busca cumprir dentro do possível as leis estabelecidas à educação. Tais Leis garantem o acesso à educação básica buscando a formação de cidadãos críticos que sejam sujeitos na história, seres participativos e atuantes que interfiram na sua realidade na busca da transformação do ambiente em que vivem.

A Escola Municipal Roselene Cerqueira busca transmitir conhecimento para a vida humana através do dinamismo, criatividade, conhecendo a comunidade, explorando o potencial de cada aluno, levando em conta a própria existência onde está inserido. A escola está consciente das grandes modificações que têm ocorrido no mundo globalizado e que trazem novos desafios para a educação, desta forma cita em seu Projeto Político Pedagógico, objetivos como:

- Indignação diante de injustiças;

- Favorecer o companheirismo;
- Respeito pelas diferenças múltiplas;
- Demonstrar sensibilidade á natureza e ao meio ambiente;
- Despertar para a crítica e o espírito de iniciativa diante dos problemas;
- Partilhar sonhos e ações;
- Praticar uma atitude humilde, e ter uma autoconfiança;

Na comunidade:

- Ser reconhecida por preparar cidadãos para exercer a cidadania com ética;
- Ser reconhecida pela excelência do ensino que oferta a seu público alvo.

Nos profissionais:

- Ter o reconhecimento de ser uma escola integradora, participativa, séria e consciente;
- Ser reconhecida pela clareza e objetividade nas questões financeiras;

A escola busca trabalhar de forma onde aponta e incentiva a superação da discriminação e dar a conhecer a grande diversidade cultural existente no Brasil. A mistura de povos e tradições geram uma cultura diversificada e o respeito às diferenças deve ser exigido de todos os sujeitos que estão no ambiente escolar. Esta localizada no centro da cidade e em seu entorno mais de quatro penitenciárias, sendo que a escola recebe alunos de famílias que buscam ficar próximos aos seus membros que estão reclusos. Desta forma, a escola necessita conhecer mais seus educandos e busca combater qualquer manifestação de preconceito interagindo e dialogando sobre vários assuntos que busque seu total desenvolvimento.

Conhecedora das leis vigentes e seus embasamentos a escola busca favorecer uma efetiva aprendizagem mesmo enfrentando problemas de infraestrutura, desestrutura familiar, quadro efetivo instável dentre outros. A fim de favorecer o direito a educação e suas possibilidades de aprendizagens: políticas, sociais e culturais.

De acordo com Mello (junho, 2005) escola boa é aquela que todos aprendem e que é possível melhorar a qualidade do ensino favorecendo também alunos de famílias não escolarizadas. Somar conhecimentos família/ escola faz a diferença na formação de conhecimentos dos alunos.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola busca manter um relacionamento de parceria onde a interação da administração com a disciplina resulte em um entrosamento que gere o fator comum que é a educação. Uma instituição de ensino que busque o mesmo ideal não é uma tarefa fácil, porém com grande efeito se desenvolvido com as ferramentas corretas. A gestão escolar juntamente com a equipe pedagógica e comunidade escolar devem caminhar juntas no mesmo ideal.

2.1 – Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola busca atender com muito carinho e dedicação crianças oriundas do município. Mesmo tendo uma grande rotatividade na gestão a equipe de liderança se esforça em desenvolver um trabalho com responsabilidade e competência. Visando o melhor para o futuro da escola e buscando sempre atender a sua missão de alcançar melhorias em relação aos problemas vivenciados dentro da instituição, a escola busca vencer os desafios.

A escola está situada próximo ao centro de Ribeirão das Neves tendo ao seu redor vários comércios. A instituição de ensino atende crianças de quatro e cinco anos em período da Educação Infantil (1º e 2º períodos) e de 06 anos alunos do ensino fundamental (1º ano/9).

A escola conta hoje com: uma diretora, uma secretária, duas pedagogas, uma bibliotecária, treze professores sendo três em desvio de função, três serviçais, uma merendeira e três professores do processo seletivo, somente a cozinheira não é efetiva. É de forma adaptada que a escola funciona em uma antiga casa, alguns itens devem ser levados em consideração sendo: falta de estrutura física, mobiliário impróprio para alunos de quatro anos, escassez de professores qualificados, falta de acessibilidade para alunos de inclusão. Quatro salas de aula pequenas, uma sala de

direção, uma sala de secretaria, uma sala de supervisão, uma sala dos professores, uma biblioteca incompleta necessitando de reforma, um refeitório conjugado com a cozinha que requer reparos urgentes, um depósito e um pátio pequeno e desnivelado, banheiros insuficientes e inadequados para os alunos e funcionários, não existe uma quadra, a rede elétrica é antiga e o toldo está todo ressecado.

Dos equipamentos existe uma máquina de xerox, um computador, dois televisores, um microsystem, uma caixa de som, um microondas, uma sanduicheira, um aparelho de DVD, uma impressora, escaninho para os funcionários, um microfone, na cozinha um freezer vertical e um horizontal, um armário de aço, uma geladeira e um fogão industrial seis bocas.

Considerando o Regimento Escolar a escola se organiza e funciona em dois turnos com quatro salas em funcionamento sendo em média vinte alunos cada, totalizando em média até 160 alunos. Este ano de 2013 o primeiro turno funciona somente com alunos do 1º ano do ensino fundamental no segundo turno com duas salas de 2º período e duas salas de 1º período.

A escola conta com o apoio de duas estagiárias (estudantes de pedagogia) através de uma parceria da SMED (Secretaria Municipal de Educação) com a Universidade existente no município, que acompanham diariamente dois alunos que necessitam de ajuda constante, um já com o laudo médico (CID 10 F 90) e o outro com problema na fala e uma agitação constante, não existindo ainda um diagnóstico devido a família não aceitar que o filho possa ter algum problema.

Sempre que necessário, a escola realiza suas reuniões administrativas juntamente com a pedagógica nos dias de módulo.

2.2- Estrutura Organizacional Pedagógica

Conforme a Proposta Curricular da Educação Infantil do município (29/01/2010), as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (2010), Os Planos Curriculares do Município, os projetos pedagógicos, os planejamentos das aulas se baseiam em ações que buscam avanços nos conceitos de aprendizagem.

Duas vezes por mês acontece um encontro para módulo, onde fica registrado no caderno, as tomadas de decisões e os estudos dos eixos, rotina, diários e projetos a serem realizados. As supervisoras orientam os módulos em concordância

com a direção fazendo uma análise do desenvolvimento social, cognitivo, motor e afetivo dos alunos.

Após uma avaliação diagnóstica das capacidades dos educandos, os registros feitos servem para análise e levantamento dos resultados. Com o objetivo de fazer um estudo dos alunos que necessitam de recuperação paralela e dos que necessitam de intervenção pedagógica.

De acordo com Cury (2013, p.6) [...] A igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, de tal maneira que possam participar em termos de escolha ou mesmo de concorrência [...].

Assim é fato que a participação dos pais, comunidade, funcionários e professores são fundamentais para um bom desenvolvimento do aluno e da instituição escolar. A escola possui oito turmas, sendo quatro de primeiro ano do ensino fundamental (seis anos) duas do segundo período da pré - escola (cinco anos) e duas do primeiro período da pré – escola (quatro anos). Nas turmas existem vários níveis de conhecimento (turmas heterogêneas). E como é determinado pelo inciso IV do art. 3º da LDB e artigo 58 do ECA, a escola busca:

[...] Art. 3º da LDB

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). [...].

Art. 58.[...] No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. [...].

Que apontam a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro, a pluralidade cultural, a tolerância como meios de propiciar um crescimento enquanto ser social. Com base no foco de se tornar possível o ensino, a instituição busca melhoria e trabalha visando a igualdade para todos os estudantes independentemente da classe social.

A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. Por isso mesmo vários sujeitos

são chamados a trazer sua contribuição para este objetivo, destacando-se a função necessária do Estado, com a colaboração da família e da sociedade (CURY, 2013, p.7).

3 – CURRÍCULO

Para a Escola Roselene Cerqueira Diniz Fraga o currículo é entendido como uma construção social do conhecimento expressa por uma cultura. De acordo com Moreira (2007, p.18) O currículo se refere à organização do conhecimento escolar. Não se trata de um documento neutro, mas que implica em questões de poder, pois transmite concepções sociais, produz identidades individuais e sociais. O currículo não diz respeito somente aos conteúdos, mas também no conhecimento social coletivo. De acordo com Silva (1999a, p.23):

Pode-se afirmar que as discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que formam o cenário em que os conhecimentos ensinam e se aprendem. Sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir.

O currículo desta instituição de ensino almeja a integração dos conhecimentos e a preservação da formação do ser pensante, crítico e participativo. Os quatro pilares da educação são contemplados na proposta curricular da escola, sendo eles: o aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, baseando no relatório para a UNESCO (1991, p.89-102).

Dentro do Projeto Político Pedagógico da escola o currículo aponta para o fato de que a proposta concebe a criança como um ser social, psicológico e histórico, tem no construtivismo sua maior referência teórica, aponta o universo cultural da criança como ponto transformador da realidade, que objetiva a formação de cidadãos críticos. Conforme Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 28):

É nesse sentido que o estabelecimento de uma referência curricular comum para todo o País, ao mesmo tempo em que fortalece a unidade nacional e a responsabilidade do Governo Federal com a educação, busca garantir, também, o respeito à diversidade que é marca cultural do País, mediante a possibilidade de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional.

O currículo do 1º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga visa desenvolver ações concretas dentro da realidade escolar. A Matriz Curricular de Educação Básica do Estado de Minas Gerais e a utilização dos cadernos do CEALE, 2004 - são utilizados de forma a abranger os conteúdos a ser trabalhado. A grade curricular busca abranger as diferentes áreas do conhecimento e abrangerá o ensino da Língua Portuguesa, Matemática, os Conhecimentos Gerais (Geografia, História e Ciências), Educação Religiosa e o comportamento/convivência social.

De acordo com a Proposta Curricular da Educação Infantil do Município de Ribeirão das Neves (2011, p.8), O currículo da Educação Infantil visa “contemplar o desenvolvimento integral da criança nos aspectos psicológicos, cognitivos, físico-motor, afetivo-emocional, interação social e cultural e inserção na sociedade”.

A utilização de alguns materiais concretos é necessária para o raciocínio lógico matemático. Dar início ao processo da coordenação motora para a preparação da escrita e consciência fonológica é fundamental para o conhecimento neste período.

A soma das experiências de aprendizagem planejadas e promovidas pela escola envolvendo as experiências dos alunos, são vistas como bagagem de conhecimento próprio, que se misturam as atividades através das quais a escola desenvolve e os alunos aprendem. Na forma restrita, o currículo busca ser um conjunto de matérias a serem aplicadas envolvendo plano de estudos e programa de ensino. Plano de estudos, lista de materiais a serem ensinadas envolvendo horas, semanas. A relação dos conteúdos corresponde às matérias em estudo buscando objetivos, analisando rendimentos desejados e sugestões de atividades baseados nos programas de desenvolvimento dos estados e municípios.

As aprendizagens relativas a esses temas se explicitam na organização dos conteúdos das áreas, mas a discussão da conceitualização e da forma de tratamento que devem receber no todo da ação educativa escolar está especificada em textos de fundamentação por tema. O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social, os valores mais gerais e unificadores que definem todo o posicionamento relativo às questões que são tratadas nos temas, a justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais. (BRASIL, 1997, p.45).

A escola busca perceber que o currículo deverá fazer a ligação entre as intenções, a ação e a prática pedagógica visando sempre o desenvolvimento dos alunos. O currículo visa abranger as matérias, os conteúdos do conhecimento e favorecer uma organização e sequência de forma que os métodos favoreçam um melhor desenvolvimento dos educandos e forneça o que avaliar, como avaliar e quando avaliar. A escola busca utilizar o currículo como um guia, um instrumento útil para orientar a prática pedagógica, um amparo para o professor. Um instrumento a serviço do professor, ficando este responsável em orientar e dirigir o ensino-aprendizagem observando os interesses e as características culturais dos alunos.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga reconhece que o tempo e espaço escolar tem uma importante influência na determinação das diferentes formas da ação pedagógica, como afirma Vygotsky (1995, p.119) que a criança pode alcançar a aprendizagem, com o professor ou com o auxílio de outras pessoas.

A escola vive uma presente realidade com o cumprimento de cargas horárias pré-determinadas em um tempo pré-estabelecido, exigindo uma hierarquia pedagógica já que a educação é uma atividade social. São muitas as horas que os alunos passam em um espaço escolar e para uma rotina e organização que contemplam a aprendizagem, o desenvolvimento físico e intelectual, valores éticos, e outros, a escola organiza as aulas buscando transmitir sensações de segurança e ordem tanto para os professores quanto para os alunos.

No início do ano letivo é organizado o calendário escolar que nesta instituição de ensino, segue o calendário fornecido pela Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves. Estão previstos duzentos dias letivos, oitocentas horas de efetivo trabalho escolar, no mínimo quatro horas por turno. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 24, inciso I, disciplina que:

Art. 24. A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (...).

Para o Ensino Fundamental, o artigo 34 da LDB nº 9394/96 define:

Art. 34 - Jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (BRASIL, 1996, art.24).

É feita a organização do horário de entrada e saída da escola, sendo o horário matutino de sete as onze e vinte horas para as turmas de primeiro ano do Ensino Fundamental e o vespertino de treze as dezessete e vinte horas para as turmas de segundo e primeiro período, elaborado pela direção e demais funcionários. Os horários que regem o funcionamento da escola, bem como os dias de eventos e módulos são registrados e de comum acordo são cumpridos. O horário escolar que fixa o número de horas por semana e que varia em razão das disciplinas constantes na grade curricular, estipula também o número de quatro a cinco aulas por dia para cada professor regente. Tal como afirma Enguita (1989, p.180). “As matérias tornam-se equivalentes porque ocupam o mesmo número de horas por semana, são vistas como tendo o menor prestígio se ocupam menos tempo que as demais”.

As atividades extraclasse são vistas como complemento de aprendizagem. Levar a questionamentos, observações é passo primordial para o crescimento pessoal e cognitivo. A escola se organiza tentando fazer a cada semestre duas excursões, totalizando quatro por ano, em locais como: zoológico, museus, teatros e parque ecológico, buscando sempre relacionar o passeio com o eixo em estudo. A escola participa também de rua de lazer que sempre acontece no bairro, envolvendo toda a comunidade e toda a família escolar.

Dentro das salas de aula os docentes utilizam do espaço físico deixando as carteiras em dupla ou em grupo de quatro, como forma de trabalhar e construir coletivamente o respeito ao outro, saber ouvir, interagir e se posicionar. Vygotsky(1998, p.96-97) afirma que no desenvolvimento intelectual, as relações interpessoais são fundamentais no processo de aquisição do conhecimento.

Como facilitador da construção da língua e do entendimento, as salas de aula bem como todo o ambiente escolar busca proporcionar um aprendizado que favoreça no desenvolvimento dos alunos, sendo assim alguns cartazes pedagógicos como: alfabeto, numerais, calendário, figuras geométricas, regras de convivência, são fixados nas paredes. Como afirma Vygotsky(1995, p.114): “O desenvolvimento é

a estrutura que oferece condição para um aluno fazer ideia de um problema e compreendê-lo”.

Alguns trabalhos dos alunos são expostos do lado de fora da sala, onde se busca a percepção, a valorização do diferente, levantamento de hipóteses, outros são colocados em portfólio, onde fica guardada toda a história de aprendizagem escolar. Com essa atitude buscamos valorizar o trabalho de cada um e fazê-lo se sentir integrado ao ambiente escolar.

Toda escola procura atuar para além da instrução escolar sabendo que isso reflete na sociedade. Adequar às mudanças e interagir com a grande demanda de informações, faz com que no dia a dia de sala de aula as situações aconteçam de maneira normal.

5- PROCESSOS DE DECISÃO

Entendendo que o processo de decisão é o ato de firmeza ou coragem na resolução de um problema, com o intuito de obter um resultado satisfatório quanto pedagogicamente, economicamente e socialmente, a organização da Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga busca definir suas ações e decisões de forma coletiva e participativa. Dentro da escola cada servidor público/contratado exerce sua função de acordo com o Estatuto do Servidor Público de Ribeirão das Neves (2010) onde constam as regras e procedimentos formalizados quanto ao cumprimento das funções, existindo dentro deste uma hierarquia quanto às mesmas.

Na administração os objetivos educacionais buscam prevalecer a todo o momento, levando sempre em consideração a participação de todos os envolvidos como representantes da caixa escolar, do colegiado, e da comunidade. As prestações de conta acontecem de forma a mostrar os recibos e as notas fiscais que justificam cada passo dado. Os representantes dos conselhos (caixa escolar, colegiado) são compostos por professores, funcionários, membros da comunidade e pais de alunos devidamente matriculados na escola. Todas as tomadas de decisões acontecem de forma democrática e respeitosa por todos os membros, como pensa Paro (1993, p.34) que sugere a convocação de processos eletivos de escolha de dirigentes, colegiados, representante da caixa escolar e outros processos coletivos de avaliação. Segundo Souza (2010,p.15-22).

Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

A direção da escola busca de forma criativa, alternativas que auxiliem na resolução dos problemas, ouvindo a todos, valorizando trabalhos individuais e coletivos, respeitando a dificuldade de cada um, observando aspectos positivos e negativos que favoreça a um ambiente estimulante e de qualidade. Mesmo neste sentido de democracia quanto as tomadas de decisões, a escola entende que a participação desses órgãos (conselho do caixa escolar e colegiado) é de extrema importância, porém os envolvidos representantes de pais ou comunidade agem como ouvintes e passivos quanto às opiniões tornando meros assinantes de documentos.

Dentro do processo de decisão esta a eleição para representantes do Colegiado e da Caixa escolar que é renovado a cada três anos. A avaliação contínua dos serviços e a avaliação de desempenho acontecem no final do ano ou sempre que necessário pela Secretaria de Educação do Município. Todo procedimento é registrado no livro de ata sendo assinado no final por todos os membros.

Dentro do município acontece à indicação de diretor, o que favorece o poder político e gestão direcionada com trocas de favores. Neste sentido a democracia perde todo o sentido enquanto o Plano de Diretor não é aprovado e executado pelo Município.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola busca trabalhar de forma onde aponta e incentiva a superação da discriminação e dar a conhecer a grande diversidade cultural existente no Brasil. A mistura de povos e tradições geram uma cultura diversificada e o respeito às diferenças deve ser exigido de todos os sujeitos que estão no ambiente escolar. A escola está localizadano centro da cidade de Ribeirão das Neves, sendo quem seu entorno encontram-semais de quatro penitenciárias. A escola recebe alunos de famílias que buscam ficar próximos aos seus membros que estão reclusos. Desta forma, percebe-se a importância de conhecer mais seus educandos buscando

combater qualquer manifestação de preconceito interagindo e dialogando sobre vários assuntos que busque seu total desenvolvimento.

Sempre que é possível a escola promove palestras com especialistas da área de saúde, da educação fazendo parceria com o posto de saúde próximo e contando com o apoio da secretaria de educação. Tais palestras visam à divulgação da importância de estar em dia com as vacinas, bem como vacinar as crianças que estão em atraso. Encaminhamento de famílias para o Programa de Controle Familiar, dentistas e oftalmologista.

A troca de experiências e a postura pedagógica dos docentes são muito valorizadas, porém ainda existe uma postura da visão conservadora e da visão inovadora entre as pedagogas que se debatem e se questionam constantemente, necessitando da intervenção da direção. Porém, mesmo diante dessas discussões prevalece o respeito e o entendimento de todos.

A escola atende uma grande maioria de crianças de pais separados ou crianças que vivem com os avós. Desta forma percebe-se que as crianças são muito inseguras e carentes de afeto. De uma forma em geral os responsáveis tem o hábito de não se preocuparem com o horário de funcionamento, sendo que na escola existem vários registros no Livro de Ata de alunos que permaneceram após o horário. Atitudes como chamar para conversa ou enviar bilhetes para tomar conhecimento do fato são meios que a escola adota para amenizar tal problema. A gestão não esquece a presença do outro, dialoga e busca superar conflitos como argumenta Cury: (2001, p. 205),

A relação posta na transmissão do ensino público implica a hierarquia de funções (mestre/estudante) e isto não quer dizer nem hierarquia entre pessoas nem quer dizer que o estudante jamais chegue à condição de mestre. Pelo contrário, a relação do conhecimento existente na transmissão pedagógica tem como fim, não a perpetuação da diferença entre saberes, mas a parceria entre sujeitos.

Apesar da organização interna há conflitos e tensões entre funcionários dos turnos matutino e vespertino que não se falam e se evitam. Tal situação é antiga na escola devido a contagem de tempo entre as servidoras favorecer a mais velha na escolha quanto ao horário de trabalho que na grande maioria escolhe de manhã. Sendo assim em todos os eventos as funcionárias são escaladas em horários diferentes. A escola como uma instituição de formação do caráter humano, busca

trabalhar de forma a prevalecer à solidariedade e a participação coletiva deixando claro que o respeito deve prevalecer. Como sugere Cury em dialogar para produzir respostas chegando a superação de conflitos.

7- AVALIAÇÃO

A Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga entende que a avaliação é parte fundamental do planejamento do ensino. É elemento orientador da qualidade do processo de ensinar e do aprender. Consiste em uma comparação dos resultados conseguidos com o que se pretendia alcançar (objetivos), a fim de que se possam tomar decisões quanto à continuidade do trabalho, ou revê-lo, substituindo-o no todo ou em partes. Nessa comparação, procura-se verificar em que medida os objetivos pretendidos estão sendo alcançados.

No decorrer de todo o processo ensino-aprendizagem, o professor deverá avaliar continuamente o desempenho da criança valendo-se da observação direta de seu desempenho. Na Educação Infantil a avaliação busca observar o avanço de cada educando observando: o aspecto físico, social, psicológico e intelectual como é mencionado no artigo 31 da Lei 9394/96 sendo:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

I - Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

II - Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

III - Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Convém enfatizar que a observação constitui, nesta fase, um dos meios mais eficazes de avaliação, pois o professor passa grande parte do dia em contato com a criança, possibilitando um conhecimento mais imediato de suas experiências, seus interesses, seus problemas. Diagnosticadas as dificuldades, o professor faz o

planejamento, apresenta atividades de complementação e enriquecimento de modo que cada criança seja atendida, individualmente, de acordo com suas necessidades, possibilidades e interesses. Esse trabalho se entende também aos aspectos físicos que interferem na aprendizagem. O professor/ pedagogo após observarem algum problema de acuidade visual ou auditiva, faz o encaminhamento da criança para o posto de saúde mais próximo para que seja avaliado por um profissional.

O docente deverá levar em consideração como é o entorno do seu aluno, onde vive, como vive, como se organiza, como é a estrutura familiar, pois são informações fundamentais para apontar possíveis situações que dificultam a aprendizagem. O fator relacionamento Família/ Escola é essencial para um resultado significativo e fundamental para o desenvolvimento infantil.

Como bem expressa Navarro(2004) em relação ao processo de avaliação, a escola busca dentro do processo educativo o diagnóstico e a classificação observando a ação dinâmica na qual os sujeitos (educador/educando) problematizam e intervêm na relação de ensino-aprendizagem.

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes. O “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e nela situar o desempenho do estudante. (NAVARRO, 2004, p. 38-40).

O processo avaliativo da Escola Roselene Cerqueira Diniz Fraga contínuo e formativo, constando de vários instrumentos, dentre eles: apresentação de trabalhos orais e escritos, seminários, rodinhas, debates, atividades avaliativas destinadas a avaliar o grau de conhecimento, pesquisas (família), trabalhos individuais e em grupo, atividade extraclasse e observação sistemática do educando pelo educador.

Como ponto de partida as atividades deverão ter as experiências do cotidiano da criança, tendo em vista o seu universo. Considerando e conhecendo os conhecimentos prévios da criança, é possível organizar situações de aprendizagem mais significativas. Para Vygotsky, o aprendizado impulsiona o desenvolvimento e a ação constrói a inteligência.

De acordo com a Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012:

Art. 70 – Na avaliação da aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais

e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias (Minas Gerais, 2012, art. 70).

A escola utiliza de todos os meios para estimular o desenvolvimento e observar a aprendizagem, sendo assim a escola utiliza de materiais concretos como: bloco lógico, brinquedos de montar, palitos de picolé, folhas, massinhas, giz de cera, lápis de cor, cartazes, EVA e sucatas para auxiliar no processo. Alguns brinquedos utilizados no recreio são doados por voluntários ou por profissionais da escola para que os alunos se divirtam enquanto é supervisionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma gestão escolar democrática está associada na utilização de mecanismos legais e institucionais que juntamente com a sociedade determinam, elaboram e deliberam ações coletivas. É garantido ter autonomia dentro do planejamento escolar de acordo com a (LDBEN 9.394/96), sendo que no artigo 15 define que,

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996, art.15).

O projeto político pedagógico da escola traz a cultura da escola, a realidade, o desenvolvimento, os valores, modo de pensar e agir de todos que participam da sua elaboração. As ações a serem executadas no futuro demonstra que a escola sempre busca atualizar e se adequar as mudanças ocorridas.

Esta instituição de ensino por somente ter alunos até a faixa dos seis anos quer ser uma escola inovadora, criativa e aberta a novas propostas pedagógicas, pois esta é a primeira fase escolar da criança, o primeiro contato com o novo, o inesperado e a socialização.

Para Vygotsky, o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, daí o papel da escola na construção do “se psicológico” adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas. (MATUI,1988, p. 103).

Todo o conhecimento adquirido pelo aluno serve de alicerce para novos saberes e desafios, portanto a equipe pedagógica e demais funcionários da escola têm que se empenhar para que a relação da criança com o adulto na escola seja um processo de construção prazeroso e de boas perspectivas e de transformações futuras. Investir no processo educacional é primordial, sempre estimulando o trabalho coletivo, a convivência, o trabalho, o relacionamento, a forma como conviver na escola, o cuidar do ambiente escolar, como avaliar o processo educativo, planejar as atividades dentro e fora da escola não são apenas uma formalidade a se cumprir, mas servem de base e apoio para uma reavaliação constante redimensionando a prática pedagógica desta instituição.

Tudo o que está implícito ou explícito na escola precisa ser vivido na teoria e na prática, a aprendizagem tem que ser uma realidade transformadora e é dentro deste contexto que a Escola Roselene Cerqueira Diniz Fraga quer situar o aluno procurando compreender a trajetória que ele realiza em seu processo de constituição como indivíduo. O PPP é parte essencial para a valorização do processo educativo é significativo para definir a identidade desta instituição que busca um trabalho interdisciplinar. Os conhecimentos que os alunos adquirem devem servir para a vida cotidiana de cada um, buscando nesse sentido uma instituição de ensino inovadora.

Referências:

BRASIL. FEDERAL, Senado. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília (DF): Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 359 p. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível: portal.mec.gov.br.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 1996 v.I.; II.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação:** um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 22/05/2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Grandes Pensadores. Revista Nova Escola/PS**, Editora Abril, nº 19, p. 27-32, julho 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Jussara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o Processo de tomada de decisão.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 21/06/2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas Políticas de Currículo.** 2006. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso: 22/06/2013.

MATUI, Jiron. **Construtivismo:** Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Veredas:** Formação Superior de Professores. Guia de Estudo: Educação Infantil, Módulo 7. Unidade 2 - 2ed. Belo Horizonte. SEE/ MG. 2005.

_____, Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Veredas:** Fundamental de nove anos. Vol. 5 e 6. Belo Horizonte: SEE/ MG. 2005.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação:** o processo e o produto. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 25/06/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 15/05/2013.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O Professor Desencantado:** Matizes do Trabalho docente. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2009.

MELLO, Guiomar Namó de. Entrevista Escola boa é aquela em que todos aprendem. **Revista Nova Escola.** Ed. 173. Jun 2005. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/escola-boa-aquela-todos-aprendem-426035.shtml>. Acesso: 11/03/2013.

RIBEIRÃO DAS NEVES. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Municipal Roselene Cerqueira Diniz Fraga, 2009.

_____. **Lei Complementar 038/06** - Dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos do Município de Ribeirão das Neves - MG.09/12/2010. Disponível: <http://neves.mg.gov.br/index.php/legislacao-administracao-e-rh/estatuto-do-servidor?lang=en>.

SHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de Pedagogia em questão. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 23/06/2013.

SOUZA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação institucional:** elementos para discussão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 25/06/2013.

SOUZA, Â. R. (et al). Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. In: SOUZA, Ângelo Ricardo [et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2005. Col. Gestão e Avaliação da Escola Pública. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso: 25/06/2013.

_____. Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição. In: SOUZA, Ângelo Ricardo [et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2005. Col. Gestão e Avaliação da Escola Pública. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso: 26/06/2013.

_____. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. In: SOUZA, Ângelo Ricardo [et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2005. Col. Gestão e Avaliação da Escola Pública. Disponível em: Moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso: 21/06/2013.

VEIGA, Alencastro Ilma. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Livraria Martins Fontes, Editora Ltda, 1998.

ZABALA, Antoni. Entrevista: Educar para a vida. **Revista Educação.** 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/120/artigo234139-1.asp> setembro de 2011. Acesso em: 09/03/2013.